

A INTENCIONALIDADE NOS TOPÔNIMOS PRESENTES EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS, DE GUIMARÃES ROSA

CATRINCK, Isabela Maria Oliveira
TONDINELI, Patrícia Goulart
Universidade Estadual de Montes Claros
isabela.catinck@hotmail.com
patricia.tondineli@gmail.com

Resumo: A relação do homem com o ambiente é refletida, em parte, na nomeação dos lugares que ele ocupa, sendo a Toponímia responsável pelo estudo desses nomes. Este trabalho objetiva estudar a obra de Guimarães Rosa – Grande sertão: veredas –, a partir dos topônimos nela constantes, de acordo com a teoria da intencionalidade, buscando analisar a motivação toponímica e a rosiana na formação dos topônimos. Rosa descreve: “[...] Descemos a Vereda do Ouriço-Cuim, que não tinha nome verdadeiro anterior, e assim chamamos, porque um bicho daqueles por lá cruzou.” (ROSA, 2001, p. 416, grifo nosso). Temos, pois, nesse trecho, a prova da intencionalidade e da criação de toponímica de Rosa. Verifica-se a recorrência de uma motivação tradicional, por semelhança direta, justificada pela presença do próprio bicho nomeador do topônimo. Percebemos a relação ambígua, mas necessária, da palavra e do objeto para a consolidação da experiência e da memória. Nesse viés, é preciso saber os mecanismos utilizados em Grande Sertão: veredas para que o leitor construa o significado dos topônimos e estabeleça uma relação entre ele e os demais elementos da obra, sendo, pois, o estudo da intencionalidade toponímica de grande relevância, já que os topônimos sempre possuem conteúdo informativo.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; Topônimos; Grande sertão: veredas; Intencionalidade.

1. INTRODUÇÃO

A relação do homem com o ambiente é refletida, em parte, na nomeação dos lugares que ele ocupa. Na Linguística, a Onomástica é responsável pelo estudo dos nomes próprios; já a Toponímia se encarrega, em específico, dos nomes de lugares. Dick (1990, p. 21-22) afirma: “Verdadeiros ‘testemunhos históricos’ de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, [os topônimos] encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como crônica de

um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal”.

Assim, torna-se importante uma reflexão acerca dos topônimos e da intenção que os permeia, afinal, na toponímia, o signo tem caráter motivacional e é perpassado pela intencionalidade. Este trabalho possui, pois, como objetivo, estudar a obra de Guimarães Rosa – *Grande sertão: veredas* – a partir dos topônimos nela constantes, de acordo com a teoria da intencionalidade, buscando analisar a motivação toponímica e a rosiana na formação dos topônimos. Para tal estudo, utilizaremos uma metodologia de cunho qualitativo, uma vez que os dados obtidos serão analisados indutivamente, de forma descritiva. Utilizaremos, neste trabalho, os topônimos catalogados e divididos taxionomicamente por Tondineli (2012); especificamente, os “nomes metafóricos”.

Nesse viés, é preciso saber os mecanismos utilizados em *Grande Sertão: veredas* para que o leitor construa o significado dos topônimos e estabeleça uma relação entre eles e os demais elementos da obra; desse modo, o estudo da intencionalidade é de grande relevância, já que os topônimos sempre possuem conteúdo informativo.

2. TOPONÍMIA E INTENCIONALIDADE

No âmbito do discurso, os topônimos cumprem o papel de suporte de identificação; apontam direções, caminhos físicos ou posições situacionais. Como afirma Tondineli (2012, p. 3): “Assim, embora na língua o signo participe de uma natureza convencional, o mesmo não deve ser aplicado em Toponímia: ela é norteada pela função onomástica ou identificadora de lugares e tem caráter motivacional, isto é, é perpassada pela intencionalidade que anima o denominador e pela origem semântica da denominação.”.

O dicionário Wittgenstein (1998) trata a intencionalidade como o “direcionamento da mente a um objeto, que pode ou não existir. [...] Nenhum fato precisa corresponder à proposição como um todo, mas algo deve corresponder a cada um de seus elementos (NOMES), a saber, um elemento (objeto) da situação que ele figura.”. A Toponímia, como resultado de experiências perceptivas, não se limita a representar o objeto dessa experiência [topônimo], mas proporciona um acesso direto a este.

Chierchia (2003) afirma que “um falante pode usar as expressões de uma língua para os fins mais disparatados, até mesmo de modo diferente daquele que a gramática determina.” (CHIERCHIA, 2003, p. 243). Sendo assim, percebemos que o significado de um léxico depende muito do que o falante pretende. Tal situação pode ser comprovada com o que

Donnellan (1966) chama de uso referencial: “O falante pretende referir-se a alguma coisa para a qual ele dispõe de uma caracterização ou descrição própria. Para tanto, ele escolhe uma determinada expressão [*léxico*] que lhe parece adequada.” (*apud* CHIERCHIA, 2003, p. 244, grifo nosso).

Assim, fica claro que o significado do léxico está estreitamente relacionado àquilo que o falante quer dizer. Frente à complexidade de delimitar conceitualmente o significado é que alguns termos foram contrastados a ele. Hugo Mari (1998) diz que, num esforço de fixar ao significado um alcance próprio, termos correlatos a ele, como o sentido, a significação, a verdade, a convenção, a informação, o conhecimento e vários outros foram associados ao significado.

Diante disso, na linguagem, podemos destacar duas preocupações fundamentais, segundo Mari (2003, p. 94): uma é a necessidade de estabelecer como nosso conhecimento se expressa sob a forma de signos, ou seja, como nós representamos o que conhecemos. A outra questão diz respeito ao estatuto de representação linguística, como decidimos sobre a representação do signo. Dessa forma, percebemos a integração entre sentido e referente para a compreensão do signo linguístico.

Na obra de Guimarães Rosa, o referente [topônimo] transcende ao próprio ato de nomeação; ele representa o que o autor conhece e que ele quer nos apresentar. Hugo Mari (2003), ao tratar dos aspectos da Teoria da Referência, levanta uma questão interessante: como decidir sobre a representação de um objeto *x*, no nosso caso, do topônimo. Para representar o objeto em questão, levamos em conta as relações entre linguagem, nesse caso, a obra rosiana, e realidade, ou seja, o nome do lugar (o topônimo). E ainda, sendo a realidade as relações que se estabelecem, em termos de significado, entre o nome e o lugar. Além disso, cabe lembrar que organizamos nossa experiência com a realidade por meio da linguagem, e essa experiência é expressa na linguagem. Isso, segundo Mari, reativa a concepção de uma integração entre sentido e referente. Para Mari (2003):

O referente é um objeto – ou uma classe de objetos – que pode ser isolado de um domínio mais ou menos específico, a partir de uma asserção descritiva ou de um nome próprio. [...] um referente não é, pois, um objeto em sua forma material primitiva, mas um objeto enquanto interpelado por expressões linguísticas em formatos variados. (MARI, 2003, p. 98).

Sendo assim, o topônimo não diz respeito, necessariamente, à sua materialidade, mas sim à sua concepção, às experiências e às intenções de pensá-lo (e de organizá-lo) a partir da linguagem. Uma referência puramente materialista, ostensiva do topônimo garante a sua

referência em sua totalidade literal (denotativa), mas pode não recorrer ao sentido do topônimo, ou seja, não nos apresenta qualquer informação conceitual do referente no que tange à intencionalidade, à motivação no ato de nomear. Daí a importância da classificação dos topônimos realizada por Tondineli (2012). Nessa classificação, Tondineli divide os 462 topônimos coletados de acordo com a taxionomia apresentada por Dick (1990), a saber: Animotopônimos, Antrotopônimos, Cronotopônimos, Ergotopônimos, Etnotopônimos, Fitotopônimos, Geomorfotopônimos, Hidrotopônimos, Hierotopônimos, Litotopônimos, Mitotopônimos, Numerotopônimos, Sociotopônimos, Somatopônimos, Zootopônimos e Nomes Metafóricos, os quais são o foco deste estudo e sobre os quais falaremos mais à frente.

Como afirma Daniel (1968, *apud* TONDINELI, 2012, p.153): “A fascinação rosiana pelos nomes percorre o terreno todo desde o puro gosto pelo som deles [...] até o afeto sentimental por aqueles que estão relacionados com pessoas e lugares conhecidos”. Ao se classificar os topônimos taxionomicamente, torna-se, pois, mais clara a motivação rosiana intrínseca a eles, ou seja, o sentido que envolve o referente (o topônimo), porque, assim, o estudo sobre a motivação se inicia a partir da taxa do topônimo. Por exemplo: se o topônimo é classificado taxionomicamente como “nomes metafóricos”, o estudo da intencionalidade de Rosa ao usá-lo inicia-se pela metáfora, pelo sentido figurado que podemos depreender pelas pistas textuais que o autor nos deixa.

No que diz respeito ao sentido, Mari (2003, p.103) afirma que “o conceito de sentido está estreitamente correlacionado com o de referente”, porque nós podemos conceber o conceito de sentido como condição para alcançar o conceito do referente. Mari (2003, p.103,104) define o sentido como “o modo de apresentação (ou de percepção) dos referentes, realizado por meio da asserção de suas características descritivas ou funcionais.”. O sentido seria, então, a maneira que temos para expressar o que conhecemos sobre os referentes, seja quando o apresentamos ou quando o percebemos. Tal fato de correlação entre sentido e referente fica ainda mais claro quando lançamos mão dos topônimos classificados como “nomes metafóricos” em *Grande Sertão: veredas*. Estes são “topônimos cujos nomes provêm da transferência ou do transporte de palavras/expressões que funcionam como recurso figurativo da/na linguagem.” (TONDINELI, 2012, p.153). Na classificação feita por Patrícia Goulart Tondineli (2012), cinco são os topônimos que se enquadram nessa categoria: Aiáís, Jijujã, Ôi-Mãe, Rompe-Dia e Só-Aqui, cujas etimologias seriam as dadas a seguir.

1) Jijujã (Vereda). Etimologia: nome para a Vereda do Burití Pardo, de acordo com Guimarães Rosa. “Mas ele tem de morar longe daqui, na Jijuã, Vereda do Burití Pardo...” (ROSA, 2001, p. 25). “O senhor vá lá, na Jijujã.” (ROSA, 2001, p. 74). “Porque o bilhete era

para o Compadre meu Quelemém de Góis, na Jijujã – Vereda do Buriti Pardo.” (ROSA, 2001, p. 623) (*apud* TONDINELI, 2012).

2) Ôi-Mãe (Córrego, rio). Etimologia: *Oi* – origem brasileira; indica espanto, chamamento, resposta ao apelo do nome. *Mãe* – do latim *mater*; progenitora. “No Ôi-Mãe. Lá tem um lajeiro – largo: onde grandes pedras do fundo do chão vêm à flor.” (ROSA, 2001, p. 112). “O Buriti-Pintado, o Oi-Mãe, o rio Soninho, a Fazenda São Serafim; com outros, mal esquecidos, seja.” (ROSA, 2001, p. 329). “Já estive em Ingazeiras, na Barra-da-Vaca, no Oi-Mãe, em Morrinhos... O Urucúia não é o meio do mundo?” (ROSA, 2001, p. 502) (*apud* TONDINELI, 2012).

3) Rompe-Dia (Serra). Etimologia: *romper* + *do* + *dia*; amanhecer. “‘Viemos da Serra Rompe-Dia...’ – respondemos.” (ROSA, 2001, p. 322) (*apud* TONDINELI, 2012).

4) Só-Aqui (Riacho). Etimologia: palavra composta por justaposição (*só* + *aqui*); somente neste lugar. “Um pelo São Lamberto, da mão direita; outro pegou o Riacho Fundo e o Córrego do Sanhar; outro se separou da gente no Só-Aqui, indo o Ribeirão da Barra; outro tomou sempre à mão esquerda, encostando ombro no São Francisco; mas nós, que vínhamos mais Zé Bebelo mesmo em capitania, rompemos, no meio, seguindo o traço do Córrego Felicidade.” (ROSA, 2001, p. 149) (*apud* TONDINELI, 2012).

5) Aiáis (arraial). Etimologia: vocábulo composto. *Ai*, interjeição; vocábulo de criação expressiva. *Aí*, advérbio, do latim *ibī*, com provável interferência de *hīc*; nesse lugar, nesse momento. *Aí*, substantivo masculino; do tupi *a’i*, nome tupi da preguiça. “Tanto enquanto riam, apreciando me ouvir, eu contei a estória de um rapaz enlouquecido devagar, nos Aiáis, não longezinho da Vereda-da-Aldeia: o qual não queria adormecer, por um súbito medo que nele deu, de que de alguma noite pudesse não saber mais como se acordar outra vez, e no inteiro de seu sono restasse preso.” (ROSA, 2001, p. 441) (*apud* TONDINELI, 2012).

Sendo este último – Aiáis – o objeto desta análise, e sobre o qual discorreremos a seguir.

3. ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS

Tendo em vista o tempo que temos para esta comunicação, atentaremos somente para a análise da intencionalidade que permeia o topônimo Aiáis. O contexto no qual aparece o topônimo Aiáis em *Grande sertão: veredas* é quando ocorre uma estória contada por

Riobaldo, na qual havia um rapaz que não queria adormecer por medo de que alguma noite não acordasse mais e permanecesse preso ao sono.

Segundo Tondineli (2010):

Os topônimos, por serem unidades consideradas fixas, encadeados na sequência frasal como ‘um bloco fechado, monolítico, a que não se pode acrescentar nenhum outro componente gramatical [...], sob pena de perda do *status* nominativo validado pela teoria onomástica’ (DICK, s.d.), pode adquirir uma forma alternativa para seu uso através da familiaridade do sujeito falante com o lugar nomeado (como em *Da-Areia, Da-Jiboia, Dos-Bois, Do Rio* ou, simplesmente, *Rio*, para a referência, no contexto de *Grande sertão: veredas*, do *Rio Urucuia*: ‘Rio meu de amor é o Urucúia’.” (ROSA, 2001, p. 89). (TONDINELI, 2010, s.p.).

Uma primeira interpretação que podemos fazer ao nos depararmos com o topônimo Aiáís é relacioná-lo com o topônimo Goiás. Assim, Aiáís poderia ser uma forma reduzida, uma forma alternativa de uso para Goiás. Para tal processo, podemos inferir que Rosa valeu-se dos processos de formação de palavras não-concatenativos, como o processo de reduplicação, utilizado no português brasileiro e apresentado por Couto (1999, *apud* GONÇALVES, s.d, s.p), no qual há a cópia da sílaba tônica de prenomes para formar hipocorísticos. Ocorre, então, a reduplicação da sílaba tônica *ás*, de Goiás, por uma questão de sonoridade, sendo formado o hipocorístico Aiáís, o que condiz com a interpretação feita por Tondineli (2010) de que, na obra de Guimarães Rosa, o topônimo pode adquirir uma forma alternativa para seu uso através da familiaridade do sujeito falante com o lugar nomeado, seja pelo uso de diminutivos ou de formas diminutas do nome, ou, como no caso de Aiáís, pelo uso de hipocorísticos.

Considerando a irregularidade da narrativa rosiana, é possível inferir que Riobaldo já sabia que Zé Bebelo iria embora, depois que Riobaldo assumisse a chefia do bando, para Goiás, como fica claro no trecho a seguir:

Ao fim, depois que João Goanhá me aprovou, revi os aspectos de Zé Bebelo. Acertar com ele.
- ‘O senhor, agora...’ - eu quis dizer.
- ‘Não, Riobaldo...’ - ele me atalhou. – ‘Tenho de tanger urubú, no m’embora. Sei não ter terceiro, nem segundo. Minha fama de jagunço deu o final...’. (ROSA, 2001, p. 454).

Podemos imaginar então que a motivação rosiana em transformar o topônimo Aiáís em um hipocorístico de Goiás, e por ser Aiáís o nome do lugar onde mora o rapaz que tem medo de morrer, seria a expressão do seu cuidado, do respeito e até mesmo da

preocupação com Zé Bebelo quando fosse novamente para Goiás; talvez até mesmo o receio de uma possível morte. Seria, assim, uma maneira de trazer o nome Goiás para aquela situação da narrativa e lembrar que, naquele lugar, se deve ter cuidado com possíveis ameaças de morte.

Por outro lado, a interjeição *ai*, como vocábulo de criação expressiva, e *aí*, como advérbio, nos permitem imaginar que a referência do topônimo Aiáís reforça a ideia de lugar.

O *aí* também tem origem no tupi: a'ĩ, nome tupi da preguiça; o que nos remete às diversas vezes que Riobaldo diz ter preguiça de algumas coisas, como em:

-‘Ah, agora quem aqui é que é o Chefe?’

Só perguntei. Sei por que? Só por saber, e quem-sabe por excessos daquela minha mania derradeira, de me comparecer com as doidivãs bestagens, parlapatal. De forma nenhuma eu não queria afrontar ninguém. Até com **preguiça** eu estava. A verdade, porém, que um tinha de ser o chefe. (ROSA, 2001, p. 451, grifo nosso).

Ou em: “O que era que Zé Bebelo, numa urgência assim, no arco, inventava de fazer? Eu tinha **preguiça** de falar perguntas.” (ROSA, 2001, p. 490, grifo nosso).

Além de ser uma forma carinhosa, se pensarmos na criação do topônimo Aiáís como um hipocorístico de Goiás, pode-se inferir que o uso da forma reduzida do nome pode ter sido também motivado pela preguiça de se usar o nome na sua forma alongada. Afinal, como afirma Daniel (1968):

É no aspecto onomástico que o autor típico pode dar assas à imaginação e à originalidade expressiva sem medo de incompreensão [...]. O rol onomástico e toponímico (das obras rosianas) oferece matéria quase tão vasta quanto o seu sortimento de substantivos, adjetivos e verbos para um estudo das características léxicas do autor. (apud TONDINELI, 2012, p. 148).

Se, segundo Mari (2003), o sentido é o modo de apresentação dos referentes (topônimos) por meio da asserção de suas características descritivas ou funcionais, podemos concluir então que Rosa lança mão da estrutura morfológica (uma característica descritiva) do topônimo Goiás para criar o topônimo Aiáís. Seja pela criação de um hipocorístico apenas para a referência de lugar (localização) propriamente dito, o que é reforçado pela presença do advérbio de lugar *aí*; seja pela criação de um hipocorístico motivado pela preguiça do personagem Riobaldo, em detrimento da forma alongada Goiás; seja pela noção de familiaridade ou de carinho que nos é dada pelo uso de hipocorísticos.

Tudo o que foi exposto aqui condiz com a classificação proposta por Tondineli (2012) para os nomes metafóricos, no caso, Aiáis, topônimo que provém da transferência ou do transporte de palavras, nesse caso específico, de outro topônimo: Goiás.

Outro topônimo classificado na taxa de *Nomes metafóricos* é o topônimo **Jijujã**. A primeira aparição do referente na obra ocorre na página 25. No contexto, Riobaldo está conversando com o seu interlocutor sobre o diabo, sobre suas crenças. Nesse instante, faz referência ao compadre Quelemém de Góis que, segundo ele, é quem muito lhe consola. Compadre Quelemém mora na Jijujã, Vereda do Buriti Pardo. A figura do compadre aparece na obra como uma espécie de “guru”; contribui para a crença de Riobaldo e o esclarece nos seus conflitos sobre o bem e o mal, sobre o homem e o mundo. Diante desse constante conflito que existe entre as coisas divinas, o papel do diabo e a vida de Riobaldo, percebemos que as instruções e as ponderações do compadre Quelemém são fundamentais. Elas funcionam como uma balança de ideias. Na citação a seguir, podemos perceber a consciência de Riobaldo acerca da figura do diabo:

De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos. Vivi puxando difícil de difícel, peixe vivo no moquém: quem mói no asp’ro, não fantaseia. Mas, agora, feita a folga que me vem, e sem pequenos dessorregos, estou de range rede. E me inventei neste gosto, de especular idéia. O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias. O senhor vê: existe cachoeira; e pois? Mas cachoeira é barranco de chão, e água se caindo por ele, retombando; o senhor consome essa água, ou desfaz o barranco, sobra cachoeira alguma? Viver é negócio muito perigoso... (ROSA, 2011, p. 26).

Quando as ponderações do compadre Quelemém aparecem no texto, temos a sensação de que Riobaldo é confortado, que suas inquietações e dúvida tomam um rumo mais certo:

Compadre meu Quelemém é quem muito me consola – Quelemém de Góis. Mas ele tem de morar longe daqui, na Jijujã, Vereda do Buriti Pardo... Arres, me deixe lá, que – em endemoninhamento ou com encosto – o senhor mesmo deverá de ter conhecido diversos, homens, mulheres. Pois não sim? Por mim, tantos vi, que aprendi. (ROSA, 2011, p. 25).

Fato que podemos ver também em:

Minha mulher, que o senhor sabe, zela por mim: muito reza. Ela é uma abençoável. Compadre meu Quelemém sempre diz que eu posso aquietar meu temer de consciência, que sendo bem-assistido, terríveis bons-espíritos me protegem. Ipe! Com gosto... Como é de são efeito, ajudo com meu querer acreditar. (ROSA, 2011, p. 31).

É notável certa calma que os conselhos de Quelemém provocam em Riobaldo. Podemos pensar então que o lugar onde mora o compadre, Jijujã, tem alguma contribuição nesse processo, já que, muitas vezes, isso é ressaltado na obra. Jijujã, aponta Tondineli (2012), é, em sua etimologia, nome para a Vereda do Buriti Pardo, segundo o próprio Guimarães Rosa.

Por outro lado, como bem sabemos, o Buriti é muito importante dentro da obra. Ao estabelecermos uma relação entre Jijujã, Buriti e compadre Quelemém, podemos inferir que tais elementos possuem grande importância para Riobaldo, contribuem para a sua essência enquanto ser e trazem o equilíbrio necessário para ele. Valendo-nos do que afirma Luiz Roncari, em *O Brasil de Rosa*: “o buriti não só faz um movimento ascendente, ele estabelece um vínculo entre as duas esferas, a terrestre e a celeste, de modo a tornar uma no espelho da outra e poderem refletir mutuamente suas belezas”. (RONCARI, 2004, p. 191).

Sendo assim, os conhecimentos, a sabedoria de Quelemém sobre as questões espirituais encontram uma ponte na figura do Buriti, que está inerente ao compadre, pois é a cidade dele.

REFERÊNCIAS

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein; tradução, Helena Martins; revisão técnica, Luiz Carlos Pereira*. Rio de Janeiro: Jorje Zahar Ed., 1998.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Usos Morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português*. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/72520-1.pdf> Acesso em: 05 de maio de 2013.

MARI, Hugo. “Aspectos da Teoria da Referência”. Revista de psicologia Plural. Faculdade de Ciências Humanas – FUMEC. Belo Horizonte. Ano XII., nº18., 2003. p.93-117.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Relatório Final “Pelo sertão”:* geografia, aforismos e filosofia na obra de Guimarães Rosa. Montes Claros, 2012. 199 p.

RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosa: o amor e o poder*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Nova Fronteira. 2001.

TONDINELI, Patrícia Goulart. *Toponímia rosiana. Macabéa* – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v.1., n. 1., 2012., p. 145-156.